O GLOBO 1 MAI 1988

Tereza Cruvinel

ANC p2

Sobre a incerteza

Até o fim deste mês, no máximo até o início de junho, a Constituinte estará votando o Título das Disposições Transitórias. O Artigo 4 trata do mandato do Presidente Sarney. Antes da votação do Título da Ordem Econômica ninguém ousava questionar a aprovação dos cinco anos. Com o esgarçamento do Centrão, já existe quem não os tenha como absolutamente garantidos. Acabaram-se todas as certezas sobre qualquer tendência do plenário. Fazer previsões sobre resultados tornou-se algo muito arriscado. O nacionalismo, como ideologia, funcionou em relação aos contratos de risco e à mineração. Mas por que não funcionou para definir a distribuição de petróleo? Nada é muito lógico na Constituinte.

Em relação ao mandato, o Centrão tem um substitutivo para as Disposições Transitórias que simplesmente silencia sobre o assunto. Mas o Centrão já não existe, admite sua própria cúpula. Estão na pauta a emenda Matheus Iensen, de cinco anos, e muitas outras de quatro, quatro e meio, quatro e meses. Há mais de 20 sobre eleições gerais. E também há um plenário entregue ao "seja o que Deus quiser" da conjuntura e do momento, como se viu esta semana.

Articuladores do Governo, como o Ministro Prisco Viana, asseguram que os votos cincoanistas, em torno de 300, continuam assegurados e acompanhados de perto pelo Planalto. Muitos quatroanistas concordam que a derrota dos cinco anos é remota.

— Eu também pensava assim, mas agora começo a perceber a possibilidade — não a probabilidade — dos quatros anos serem aprovados. Seria a melhor saída — anima-se o Senador José Richa. Muitos sonham, como ele. Fazer previsões sobre o comportamento do plenário é de fato muito arriscado. Que o digam alguns lobistas derrotados no Título da Ordem Econômica. Mas sobre o mandato pode-se registrar, pelo menos:

1. Que o Governo tem apenas um mês pela frente para aglutinar e conferir seus votos;

2. Que o Planalto ainda não cumpriu algumas promessas feitas à época da votação do sistema de governo e do mandato presidencial permanente;

3. Que os Governadores, alavanca da posição palaciana, continuam sem receber socorro financeiro para seus projetos;

4. Que a traição a compromissos, na Constituinte, tornou-se prática rotineira e escancarada, a partir da votação da Ordem Econômica.

***